

---

## TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI do art. 1º da Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.695, de 25 de novembro de 2018, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento do administrador e do gestor dos fundos de investimento em que irão aplicar os recursos do regime. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.

Os parâmetros para credenciamento estão previstos no art. 3º, §§ 1º e 2º da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, sendo que o art. 6º-E, dispõe que *“a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em Termo de Análise de Credenciamento”* e de *“Atestado de Credenciamento”*, conforme modelos disponibilizados no site da SPREV. Deve ser preenchido um Termo de Análise de Credenciamento para cada Instituição administradora ou gestora que se pretende credenciar para futura decisão de investimento pelo RPPS e, ao final da análise, deverá ser emitido o respectivo Atestado de Credenciamento (modelo em anexo).

Considerando as alterações promovidas no art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 pela Resolução CMN nº 4.695/2018 os formulários anteriormente disponibilizados pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda (<http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/credenciamento-pelos-rpps-das-instituicoes-e-produtos-de-investimento/>) estão sendo alterados. **Registre-se que está mantida a possibilidade de adoção dos formulários QDD Anbima como modelos dos Termos de Análise de Credenciamento dos Administradores e Gestores de Fundos de Investimento, conforme anteriormente divulgado no site da SPREV.**

A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS e a sua adequação à política de investimento do RPPS, ao perfil de sua carteira e das obrigações do seu passivo. Assim, deve também ser efetuada uma análise individualizada de cada fundo de investimento, conforme modelo “Formulário de Análise de Fundo de Investimento”, a ser anexada ao presente termo (contudo, isso poderá ocorrer oportunamente, em data tempestiva à decisão de investimento).

A principal alteração promovida pela Resolução CMN nº 4.695/2018 é permitir novas aplicações de recursos dos RPPS apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN (art. 15, § 2º, I, da Resolução CMN nº 3.922/2010). O comitê de auditoria, de que trata a Resolução CMN nº 3.198, de 2004, é órgão estatutário fundamental ligado à alta administração das instituições, e tem como objetivo estabelecer as melhores práticas de governança corporativa relacionadas a todas as atividades desempenhadas em seu ambiente de negócio. As instituições financeiras obrigadas a constituir comitê de riscos, por sua vez, devem reforçar as práticas de governança no gerenciamento de riscos de suas operações, inclusive aqueles relacionados à prestação dos serviços de administração dos fundos de investimentos e de carteiras de valores mobiliários, nos termos da Resolução CMN nº 4.557, de 2017. Assim, no caso do administrador e/ou gestor que atenda a esses requisitos poderá ser utilizado o formulário específico disponibilizado no site da SPREV.

Por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV<sup>1</sup>, a SPREV e a CVM orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, que previu, com base no art. 23-A da Resolução CMN nº 3.922/2010, que “a lista das instituições que atendem aos requisitos do inciso I do § 2º e do § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, com a redação dada pela Resolução nº 4.695/2018, será divulgada no sítio da SPREV ([www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/](http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/))”. Foram divulgadas também orientações adicionais sobre lista<sup>2</sup> e a atualização da nota técnica relativa as perguntas e respostas sobre a Resolução CMN<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/sin/oc-sin-sprev-0218.html>

<sup>2</sup> <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/Esclarecimento-a-respeito-das-instituicoes-elegiveis.pdf>

<sup>3</sup> <http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/Perguntas-e-Respostas-Resolucao-CMN-2018.12.10-Versao-04.pdf>

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO <sup>4</sup>			
Número do Termo de Análise de Credenciamento		/2022	
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)			
<b>I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS</b>			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? ( ) SIM ( ) NÃO (Esses critérios, caso existentes, podem ser mais seletivos que os previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010, mas devem se relacionar a questões objetivas relativas às características de atuação da instituição, tais como, posição em ranking de volume de recursos sob a administração, patrimônio da instituição, tempo e experiência de atuação, diversificação da base de investidores, evitando-se a exigência de documentação que extrapole a comprovação desses critérios).			
1. Tipo de ato normativo/edital		Data	
2. Critérios:			
a.			
b.			
c.			
<b>II - Instituição a ser credenciada:</b>		<b>Administrador:</b>	<b>Gestor:</b>
Razão Social	SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIARIA LTDA.	CNPJ	06.947.853/0001- 11
Endereço	Av. Paulista, 2100	Data Constituição	03/08/2004
E-mail (s)	<a href="mailto:safra.asset@safra.com.br">safra.asset@safra.com.br</a>	Telefone (s)	(11)3175-4198
Data do registro na CVM	25/02/2015	Categoria (s)	
<b>Principais contatos com RPPS</b>		Cargo	E-mail
Edmilson Rogério Alves		Gerente	Edmilson.alves@safra.com.br
Vanderlei da Silva		Gerente	Vanderlei.silva@safra.com.br
Atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010?			Não
Atende ao previsto no art. 14-A da Resolução CMN nº 3.922/2010?			Não
Em caso de FIP, atende ao previsto no § 5º do art. 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010?			N/A
Em caso de FIDC, atende ao previsto no inc. III do § 4º do art. 8º da Res. CMN nº 3.922/2010?			N/A
<b>II.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):</b>			
Identificação do documento analisado	Data do doc.	Data de validade das certidões*	Página da internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social	04/2018	-	-
2. Certidão da Fazenda Municipal*	-	20/12/2022	<a href="https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx">https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx</a>
3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital*	-	08/09/2022	<a href="http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/da-ic-web/inicio.do">http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/da-ic-web/inicio.do</a>
4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União*	-	03/12/2022	<a href="http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaSegVia/ResultadoSegVia.asp?Origem=1&amp;Tipo">http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaSegVia/ResultadoSegVia.asp?Origem=1&amp;Tipo</a>

<sup>4</sup> Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

			=1&NI=06947853000111&Senha=
5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS*	-	05/10/2022	<a href="https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf">https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf</a>
6. Relatórios de Gestão de Qualidade	-	-	-
7. Relatórios de Rating	N/A	-	-
8. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos	N/A	-	-

**II.2 - Classificação do Rating de Gestão ou outra forma de avaliação, pelo dirigente do RPPS, da boa qualidade de gestão e de ambiente de controle da instituição (art. 15, III, da Resolução CMN nº 3.922/2010):**

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data
N/A	N/A	N/A	N/A
Principais riscos associados à Instituição:			
Outra forma de avaliação da boa qualidade de gestão			

**II.3 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):**

Resultado de pesquisas ao site da CVM (ex.: <http://sistemas.cvm.gov.br/>) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: <http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm>) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação
N/A			

Resultado da análise destas informações:

**II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua Administração/Gestão (art. 3º, §2º, I, “b”, Portaria MPS nº 519/2011):**

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R\$)	Patrimônio total sob admin/ gestão (R\$)	Patrimônio total dos RPPS sob admin/ gestão (R\$)	Nº de fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas dos fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin/ gestão
Dez/2021	101,2 bi	101,2 bi	2,40 bi	903	125.794	95
Dez/2020	103 bi	103 bi	1,72 bi	1010	142.494	72
Dez/2019	98,72 bi	98,72 bi	1 bi	743	104.484	64
Dez/2018	96,3 bi	96,3 bi	780 mi	602	80.109	53
Dez/2017	94,0 bi	94,0 bi	427,5 mi	434	67.178	36
Dez/2016	74,7 bi	74,7 bi	346,8 mi	344	49.538	31

**II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)**

Nome/Razão Social:	Banco SAFRA S/A
CPF/CNPJ:	58.160.789/0001-28
Informações sobre a Política de Distribuição:	N/A

**II.6 - Dados gerais de Fundos cujas carteiras estão sob sua adm/gestão (art. 3º, §2º, I, “b”, Port. MPS 519/2011):**

Fundos de Investimento sob administração/gestão por classificação Resolução CMN	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R\$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	Total investido por RPPS	Desde quando gere fundos dessas classes	Observações sobre (performance/histórico) da instituição com relação a esses tipos de fundos (texto)
Art. 7º, I, “b”	3	4.463 MM	151	53	1.106 MM	Há mais de 10 anos	
Art. 7º, I, “c”							
Art. 7º, III, “a”	2	1.006 MM	940	9	52,8 MM	Há mais de 10 anos	
Art. 7º, III, “b”							
Art. 7º, IV, “a”							
Art. 7º, IV, “b”							
Art. 7º, VII, “a”							
Art. 7º, VII, “b”							
Art. 7º, VII, “c”							
Art. 8º, I, “a”							
Art. 8º, I, “b”							
Art. 8º, II, “a”	7	970,22 MM	8.401	45	252,39 MM	Há mais de 10 anos	
Art. 8º, II, “b”							
Art. 8º, III							
Art. 8º, IV, “a”							
Art. 8º, IV, “b”							
Art. 9º - I							
Art. 9º - II	1	1.529 MM	17.310	0	0	Há 2 anos	
Art. 9º - III	1	1.855 MM	879	49	396,85 MM	Há 6 anos	
Art. 10º - I	1	1.187 MM	179	60	566,38 MM	Há 6 anos	

**III - FUNDO(S) DE INVESTIMENTO ADM/GERIDO PELA INSTITUIÇÃO P/ FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO**

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos
SAFRA IMA FIC FI RF	10.787.822/0001-18	Art. 7º, inciso I, alínea “b”	
SAFRA SOBERANO REGIME PRÓPRIO	10.347.195/0001-02	Art. 7º, inciso I, alínea “b”	
SAFRA IMA INSTITUCIONAL FIC FI RF	30.659.168/0001-74	Art. 7º, inciso I, alínea “b”	
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RF	10.787.647/0001-69	Art. 7º, inciso III, alínea “a”	
SAFRA EXECUTIVE INSTITUCIONAL RF	32.999.490/0001-78	Art. 7º, inciso III, alínea “a”	
SAFRA S&P REAIS PB FI MM	21.595.829/0001-54	Art. 10º, inciso I	

SAFRA CARTEIRA PREMIUM	17.253.869/0001-40	Art. 10º, inciso I	
SAFRA SELECTION FIC AÇÕES	06.234.360/0001-34	Art. 8º, inciso I	
SAFRA SMALL CAP PB FIC AÇÕES	16.617.446/0001-08	Art. 8º, inciso I	
SAFRA ACOES LIVRE FIC FIA	32.666.326/0001-49	Art. 8º, inciso I	
SAFRA CONSUMO AMERICANO PB	19.436.818/0001-80	Art. 9º, inciso III	
SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIC ACOES	02.097.252/0001-06	Art. 8º, inciso I	
SAFRA IMPACTO ASG	37.093.816/0001-17	Art. 8º, inciso I	
MANAGER JSS SUSTAINABLE EQUITY GLOBAL THEMATIC RP	42.298.856/0001-35	Art. 9º, inciso II	
SAFRA CONSUMO PB FIC FIA	28.580.812/0001-72	Art. 8º, inciso I	
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB	14.476.729/0001-43	Art. 8º, inciso I	
<b>IV - COMPARAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES ADM/GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>			
Nome da Instituição			CNPJ
Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos/fundos (texto conclusivo):			
<b>V - CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento</b>			
Data			
Responsáveis pela Análise:		Cargo	CPF

<b>ATESTADO DE CREDENCIAMENTO<sup>5</sup></b>				
<b>Ente Federativo</b>				
<b>Unidade Gestora do RPPS</b>		<b>CNPJ</b>		
<b>Instituição Credenciada</b>				
<b>Razão Social</b>				
<b>Número do Termo de Análise de Credenciamento</b>				
<b>Data do Termo de Análise de Credenciamento</b>				
<b>Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:</b>				
<b>Classificação de Fundo(s) de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada</b>				
				Art. 7º, I,
	Art. 7º, I, "c"		Art. 8º, II, "a"	
	Art. 7º, III, "a"		Art. 8º, II, "b"	
	Art. 7º, III, "b"		Art. 8º, III	
	Art. 7º, IV, "a"		Art. 8º, IV, "a"	
	Art. 7º, IV, "b"		Art. 8º, IV, "b"	
	Art. 7º, VII, "a"		Art. 8º, IV, "c"	
	Art. 7º, VII, "b"		Art. 9º-A, I	
	Art. 7º, VII, "c"		Art. 9º-A, II	
	Art. 8º, I, "a"		Art. 9º-A, III	
	<b>CNPJ</b>			

<sup>5</sup> Manteve-se o Atestado de Credenciamento separado do Termo de Análise de Credenciamento, pois o Termo de Análise de Credenciamento pode ser substituído pela análise dos formulários QDD Anbima, conforme anteriormente divulgado no site da SPREV (<http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps/credenciamento-pelos-rpps-das-instituicoes-e-produtos-de-investimento/>) .

